

15	RELATÓRIO DE AUDITORIA	20/DEZEMBRO/2018
OBJETIVO: Avaliar a gestão dos Cartões de Pagamento do Governo Federal (CPGF), na modalidade de Suprimento de Fundos.		
EXECUÇÃO DOS TRABALHOS: 17/12 a 20/12 (1 servidor x 8 horas x 4 dias = 32 h/h)		
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 4.320/64; Decretos nº 5.355/2005 e 6.370/2008; Portarias MF nº 95/2002 e nº 41/2005 do MP; Manual da Controladoria-Geral da União – CGU – Perguntas e respostas do Cartão de Pagamento/Suprimento de Fundos.		
AÇÃO DO PAINT: Nº 5 – Subação 4 – Avaliação dos gastos realizados por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) na modalidade de Suprimento de Fundos.		
RECURSOS AUDITADOS: R\$ 40.411,04 (quarenta mil, quatrocentos e onze reais e quatro centavos)		
PTRES: 108635 – Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior		
Elementos de Despesa: 3390-30 (R\$ 24.784,58) 3390-39 (R\$ 15.626,46)		
AMOSTRA: Foram verificados 16 (dezesesseis) processos de Suprimentos de Fundos relativos ao exercício de 2018.		

Análise Gerencial

Ao Magnífico Reitor da UFSJ,

Por meio deste Relatório, apresentam-se os resultados dos trabalhos de Auditoria de avaliação da gestão dos Cartões de Pagamento do Governo Federal na modalidade de Suprimento de Fundos, conforme a atribuição da unidade da Auditoria Interna (AUDIT) em avaliar os resultados, quanto a eficácia, eficiência e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal, prevista na Resolução CONSU nº 006, de 09/03/2009.

I. APRESENTAÇÃO

O presente trabalho foi realizado em cumprimento à **Ação nº 5, Subação nº 04**, do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT 2018), com o objetivo de avaliar a gestão dos Cartões de Pagamento do Governo Federal (CPGF), em relação às disposições dos Decretos nº 5.355/2005 e 6.370/2008 e a legislação pertinente, assim como avaliar a adequabilidade dos controles internos administrativos relativos a aplicação dos recursos na modalidade de Suprimento de Fundos.

Com a realização dessa ação, espera-se assegurar a gestão da UFSJ quanto à utilização de rotinas eficazes, eficientes e adequadas à legislação pertinente, através das recomendações propostas pela Unidade de Auditoria Interna. A relevância da ação justifica-se na medida em que o Cartão de Pagamento do Governo Federal permite a realização de despesas de caráter eventual e de pequeno vulto, garantindo o cumprimento das finalidades essenciais da UFSJ, sendo necessária a sua fiscalização. Quanto aos riscos relacionados às atividades desse processo está a realização de despesas incompatíveis com a finalidade do Suprimento de Fundos.

O escopo do trabalho foi definido no PAINT, com a avaliação dos processos de suprimento de fundos formalizados no exercício, em sua integralidade, e, após a realização da prestação de contas pelos agentes supridos. Já a metodologia empregada consistiu no estudo da legislação envolvida na análise da documentação constante dos processos físicos.

De acordo com o cronograma do PAINT, os trabalhos estavam programados para o período de **03 a 14 de dezembro de 2018**, com a utilização de **80 h/h** (1 servidor x 10 dias x 8 horas). Contudo,

em função da finalização de outras ações de auditoria, a referida ação foi executada no período de **17 a 20 de dezembro de 2018**, com a utilização de **32h/h**.

O volume de recursos auditados foi da ordem de **R\$ 40.411,04** (quarenta mil, quatrocentos e onze reais e quatro centavos).

Cabe registrar que nenhuma restrição foi imposta para realização dos exames.

II. RESULTADO DOS TRABALHOS

ITEM 1: AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

1.1 Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF)

O Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) é um meio de pagamento que proporciona mais agilidade à Administração Pública, tendo por finalidade efetuar despesas de pequeno vulto que, pela sua excepcionalidade, não possam subordinar ao processo normal através de processo licitatório. Dessa forma, as despesas com Suprimento de Fundos podem ser realizadas no atendimento das seguintes condições:

- a) atender as despesas de pequeno vulto, respeitando o limite de R\$ 800,00, por valor do documento de comprovação do gasto, para compras e serviços;
- b) atender despesas eventuais, sendo observado o caráter eventual da aquisição/contratação;
- c) observar a impossibilidade e a vantagem de não serem submetidas ao processo normal de aplicação;
- d) não se tratar de aquisições/contratações de um mesmo objeto, passíveis de planejamento, e que ao longo do exercício, possam caracterizar fracionamento de despesas;
- e) as despesas devem estar vinculadas às atividades do órgão, e, realizadas em atendimento ao interesse público.

Cabe informar que houve alteração do limite de utilização dos recursos, com a edição do Decreto nº 9.412, de 18/06/2018 (DOU de 19/06/18, Seção 1, p. 17), com vigor a partir de 19/07/2018, no qual atualizou os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei 8.666/1993. Sendo assim, o limite para a modalidade convite passou de R\$ 80.000,00 para R\$ 176.000,00, alterando o valor máximo por despesa do suprimento de fundos de R\$ 800,00 para R\$1.760,00

1.2 Relação dos Processos Analisados

A Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ apresentou, no exercício de 2018, um total 16(dezesseis) processos finalizados na modalidade de Suprimento de Fundos, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 1 – Relação de processos de Suprimento de Fundos por agente suprido.

Processo	Suprido	Elemento de Despesa	Período de Aplicação	Valor	Total Utilizado	Saldo devolvido
23122000579/2018-67	Eduardo Sérgio da Silva	3390-30 (Material de Consumo)	24/01 a 23/04	R\$ 5.000,00	R\$ 1.543,60	R\$ 3.456,40
23122.000580/2018-91	Eduardo Sérgio da Silva	3390-39 (Prestação de Serviços)	24/01 a 23/04	R\$ 3.000,00	R\$ 285,00 *	R\$ 2.715,00
23122.000558/2018-41	Fábio Chaves	3390-30 (Material de Consumo)	15/01 a 14/04	R\$ 5.000,00	R\$ 4.995,89	R\$ 4,11
23122.000265/2018-64	Fábio Chaves	3390-39 (Prestação de Serviços)	15/01 a 14/04	R\$ 5.000,00	R\$4.530,00	R\$ 470,00
23122.000373/2018-37	Rosilene de Oliveira Fonseca e Freitas	3390-30 (Material de Consumo)	17/01 a 16/04	R\$3.000,00	R\$ 756,40	R\$ 2.243,60
23122.000372/2018-61	Rosilene de Oliveira Fonseca e Freitas	3390-39 (Prestação de Serviços)	17/01 a 16/04	R\$3.000,00	R\$ 143,00	R\$ 2.857,00
23122.009846/2018-61	Eduardo Sérgio da Silva	3390-30 (Material de Consumo)	08/06 a 06/10	R\$ 5.000,00	R\$ 1.386,03	R\$ 3.613,97
23122.009861/2018-18	Eduardo Sérgio da Silva	3390-39 (Prestação de Serviços)	08/06 a 05/19	R\$3.000,00	R\$ 832,40	R\$ 2.167,60
23122.008125/2018-34	Fábio Chaves	3390-30 (Material de Consumo)	08/05 a 05/08	R\$ 5.000 (5.000 +88,60)**	R\$ 5.088,60	-
23122.008126/2018-89	Fábio Chaves	3390-39 (Prestação de Serviços)	08/05 a 05/08	R\$ 5.000,00	R\$2.140,16 ***	R\$ 2.859,84
23122.008152/2018-15	Rosilene de Oliveira Fonseca e Freitas	3390-30 (Material de Consumo)	09/05 a 06/08	R\$3.000,00	R\$ 123,30	R\$ 2.876,70
23122.006959/2018-13	Rosilene de Oliveira Fonseca e Freitas	3390-39 (Prestação de Serviços)	09/05 a 06/08	R\$ 3.000,00	R\$ 118,00	R\$ 2.882,00
23122.016804/2018-87	Fábio Chaves	3390-30 (Material de Consumo)	22/08 a 19/11	R\$ 10.000,00	R\$ 9.860,56	R\$ 139,44
23122.016972/2018-72	Fábio Chaves	3390-39 (Prestação de Serviços)	22/08 a 19/11	R\$ 10.000,00	R\$ 7.071,40	R\$ 2.928,60
23122.015625/2018-22	Rosilene de Oliveira Fonseca e Freitas	3390-30 (Material de Consumo)	27/08 a 25/11	R\$3.000,00	R\$ 1.030,20	R\$ 1.969,80
23122.015622/2018-99	Rosilene de Oliveira Fonseca e Freitas	3390-39 (Prestação de Serviços)	27/08 a 25/11	R\$ 3.000,00	R\$ 506,50	R\$ 2.493,50
			Total =>	R\$ 74.088,60	R\$ 40.411,04	R\$ 33.677,56

Conforme demonstrado na tabela acima, foi disponibilizado o total de **R\$74.088,60** (setenta e quatro mil, oitenta e oito reais e sessenta centavos) para os supridos, no período em análise, sendo o limite individual de concessão entre 3.000 a 10.000 reais. No que se refere a utilização dos recursos, verificou-se que este ficou no valor total de **R\$ 40.411,04** (quarenta mil, quatrocentos e onze reais e quatro centavos), com a devolução de um saldo de **R\$ 33.677,50** (trinta e três mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos) em recursos não utilizados pelos agentes supridos.

Cabe mencionar algumas observações identificadas nos processos analisados:

* em relação ao processo 23122.000580/2018-91 (Prestação de Serviços) observou-se que consta declaração do agente suprido, informando que os saques realizados nos valores de R\$ 100,00, R\$ 20,00 e R\$ 30,00, por motivo de insuficiência de saldos nas fontes da Nota de Empenho 2018NE800044 foram registrados em fonte divergente (0112.000 000), gerando uma notificação de restrição contábil, emitida pela Setorial Contábil do Ministério da Educação. Nesse sentido, a Divisão

de Contabilidade e Finanças da UFSJ orientou que o suprido realizasse a devolução dos valores via Guia de Recolhimento da União (GRU), e, posteriormente, realizasse novos saques com os mesmos valores para o pagamento das despesas realizadas.

** no processo 23122.008125/2018-34 (Material de Consumo), com período de aplicação de 08/05 a 05/08/2018, verificou-se que houve um aporte de recursos no valor de R\$ 88,60, para o reforço do valor inicial da concessão de R\$ 5.000,00 para pagamento de fatura, conforme justificativa apresentada pelo agente suprido às fls. 12 e 80. Sendo assim, o valor total da concessão do referido suprimento foi de R\$ 5.088,60, estando dentro do limite por concessão, cujo valor para compras e serviços é de até 10% do limite da modalidade convite;

*** quanto ao processo 23122.008126/2018-89 (Prestação de Serviços) verificou-se que o agente suprido apresentou, em sua prestação de contas, justificativa para uma despesa realizada indevidamente, no valor de R\$ 290,00, em razão da prestação de serviço efetivada por Paulo César da Silva Júnior, em 18/05/2018, com emissão da Nota Fiscal nº2018004. Sendo fundamentada no fato de que somente após a prestação de serviço, emissão da Nota Fiscal e pagamento da mesma, através do cartão do Governo Federal, percebeu-se que o serviço havia sido prestado por pessoa física (339036) e que o suprimento concedido destinava-se ao pagamento de serviços de pessoa jurídica (339039). Com isso, realizou-se consulta no Ministério do Planejamento e Gestão, cuja orientação foi pela devolução, via GRU, do valor aplicado incorretamente a fim de sanar a inconsistência.

1.3 Detalhamento dos Gastos

Na tabela 2 abaixo são apresentados os gastos realizados por cada um dos supridos, assim como a totalização das despesas realizadas com Cartão e na modalidade de Saque.

Tabela 2 – Detalhamento dos gastos

Suprido	Elemento de Despesa	Despesas Cartão	com Saque	Devolução (GRU)	Total Utilizado
Eduardo Sérgio da Silva	3390-30 (Material de Consumo)	2.644,63	300,00	15,00	2.929,63
Fábio Chaves	3390-30 (Material de Consumo)	19.945,05	-	-	19.945,05
Rosilene de Oliveira Fonseca e Freitas	3390-30 (Material de Consumo)	1.909,90	-	-	1.909,90
Eduardo Sérgio da Silva	3390-39 (Prestação de Serviços)	-	1.360,00	242,60	1.117,40
Fábio Chaves	3390-39 (Prestação de Serviços)	13.524,00	820,00	602,44	13.741,56
Rosilene de Oliveira Fonseca e Freitas	3390-39 (Prestação de Serviços)	647,80	130,00	10,30	767,50
Total =>		38.671,38	2.610,00	870,34	40.411,04
Percentual		95,69 %	6,49%	(2,15%)	

No que se refere ao detalhamento dos gastos, observou-se que a maior parte das despesas foram realizadas diretamente por meio do CPGF, no valor de R\$ 38.671,38 (trinta e oito mil, seiscentos e setenta e um reais e trinta e oito centavos), representando 95,69% do total utilizado pelos supridos.

Já a modalidade saque apresentou o valor de R\$ 2.610,00 (dois mil, seiscentos e dez reais), representando 6,49% do total. Dessa forma, foi observado o limite anual de saque, segundo a Portaria MEC nº 653, de 28/05/2008, a qual estabelece o valor máximo para saque de até 20% do total da despesa anual com Suprimento de Fundos. Por fim, o valor de R\$ 870,34 (oitocentos e setenta reais e trinta e quatro centavos) foi devolvido pelos supridos, através Guia de recolhimento da União (GRU).

1.4 Detalhamento dos Gastos por Elemento de Despesa

Após verificação dos subelementos de despesa referente às aquisições/contratações no período, de acordo com a classificação realizada pela DIFIN, após as prestações de contas realizadas pelos agentes supridos, a AUDIT realizou a consolidação das informações conforme apresentado nas tabelas abaixo.

De acordo com as informações apuradas na tabela 3, observa-se que o total de gastos com **Material de Consumo** foi de **R\$ 24.784,58** (vinte e quatro mil, setecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos), sendo classificados nos seguintes subitens de despesa:

Tabela 3 – Detalhamento dos gastos por subelementos de despesa – Material de Consumo

Elemento de Despesa 3390-30 (Material de Consumo)	Suprido			
Subelemento de despesa	Eduardo Sérgio da Silva	Fábio Chaves	Rosilene de O. Fonseca e Freitas	Total
17 – Material para Processamento de Dados		328,00		328,00
18 – Materiais e Medicamentos p/ uso veterinário		719,30		719,30
22 - Material de Limpeza e Higienização		3.469,80	29,40	3.499,20
24 – Material p/ Manutenção de Bens Imóveis	1.366,60	6.379,29	1.228,60	8.974,49
25 – Material p/ Manutenção de Bens Móveis	1.058,03	3.343,46	110,50	4.511,99
26 – Material Elétrico e Eletrônico	505,00	2.626,45	208,40	3.339,85
28- Material para Segurança		2.859,00	258,00	3.117,00
35 – Material Laboratorial			75,00	75,00
39- Material para Manutenção de Veículos		219,75		219,75
Total =>	2.929,63	19.945,05	1.909,90	24.784,58

Segundo os dados da tabela acima, contendo o detalhamento dos gastos com Material de Consumo, observamos que:

- Os gastos no subelemento 17 – Material de Processamento de dados somaram R\$ 328,00 (trezentos e vinte e oito reais)
- O subitem Materiais e Medicamentos para Uso Veterinário (18) apresentou o valor de R\$ 719,30 (setecentos e dezenove reais e trinta centavos);
- O subitem Material de Limpeza e Produção de Higienização (22) totalizou R\$ 3.499,20 (três mil, quatrocentos e noventa e nove reais e vinte centavos);
- Já o subitem Material para Manutenção de Bens Imóveis (24) representou a maior parcela dos gastos com Material de Consumo, no valor total de R\$ 8.974,49 (oito mil, novecentos e setenta e quatro reais e quarenta e nove centavos);

- O subitem Material para Manutenção de Bens Móveis (25) apresentou o total de R\$ 4.511,99 (quatro mil, quinhentos e onze reais e noventa e nove centavos);
- Os gastos no subitem Material Elétrico e Eletrônico (26) foram de R\$ 3.339,85 (três mil, trezentos e trinta e nove reais e oitenta e cinco centavos);
- As despesas foram classificadas ainda em Material para Segurança (28) com o valor total de R\$ 3.117,00 (três mil, cento e dezessete reais);
- Houve também o registro de gastos no subelemento Material Laboratorial (35) no montante de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais);
- Por fim, os gastos no subitem (39) Material para Manutenção de veículos foram de R\$ 219,75 (duzentos e dezenove reais e setenta e cinco centavos).

Na tabela 4, verificamos que o total de gastos com Prestação de Serviços foram de **R\$ 15.626,46** (quinze mil, seiscentos e vinte e seis reais e quarenta e seis centavos), sendo classificados nos seguintes subitens de despesa:

Tabela 4 – Detalhamento dos gastos por subelementos de despesa – Prestação de Serviços

Elemento de Despesa 3390-39 (Prestação de Serviços)		Suprido		
Subelemento de despesa	Eduardo Sérgio da Silva	Fábio Chaves	Rosilene de O. Fonseca e Freitas	Total
16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis		2.308,00		2.308,00
17- Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos		8.683,00		8.683,00
18 – Manutenção de Máquinas		792,00	229,80	1.021,80
20 – Manutenção e Conservação de Bens Móveis de Outras Naturezas		40,00		40,00
25- Taxas de Administração		46,76		46,76
45 – Serviços de Gás	620,00			620,00
63 – Serviços Gráficos e Editoriais		1.411,00	20,00	1.431,00
75 – Taxas e Pedágios	473,40	460,80	119,70	1.053,90
79- Serviços de Apoio Admin. Técnico e Operacional			137,00	137,00
99- Outros Serviços de Pessoal Jurídica	24,00		261,00	285,00
Total =>	R\$ 1.117,40	R\$ 13.741,56	R\$ 767,50	R\$ 15.626,46

Segundo os dados da tabela acima, contendo o detalhamento dos gastos com Prestação de Serviços, observamos que:

- O subitem, Manutenção e Conservação de Bens Imóveis (16), apresentou o valor de R\$ 2.308,00 (dois mil, trezentos e oito reais);
- As despesas de Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos (17) totalizaram R\$ 8.683,00 (oito mil, seiscentos e oitenta e três reais), representando a maior parcela de gastos de Prestação de Serviços;
- Já o item Manutenção de Máquinas (18) apresentou um gasto de R\$1.021,80 (mil e vinte um reais e oitenta e centavos);
- Os gastos com Manutenção e Conservação de Bens Móveis de Outra Natureza (20) foram de R\$ 40,00 (quarenta reais);
- As despesas com Taxas de Administração (25) foram de R\$ 46,76 (quarenta e seis reais e setenta e seis centavos);

- Foram registrados gastos com Serviços de Gás (45) no valor total de R\$ 620,00 (seiscentos e vinte reais);
- O subitem Serviços Gráficos e Editoriais (63) apresentou o valor total de R\$1.431,00 (mil quatrocentos e trinta e um reais) e os gastos dos subitens (75) Taxas e Pedágios e (79) Serviços de Apoio Adm. Técnico e Operacional foram de R\$ 1.053,90 (mil e cinquenta e três reais e noventa centavos) e R\$ 137,00 (cento e trinta e sete reais), respectivamente ;
- Por fim, registrou-se R\$ 285,00 em Outros Serviços de Pessoa Jurídica (99).

1.5 Formalização dos Processos de Suprimento de Fundos e Monitoramento de Recomendações expedidas pela Unidade de Auditoria Interna

Após a análise dos referidos processos, a AUDIT verificou que:

- As despesas foram realizadas até o limite máximo por documento comprobatório (Nota Fiscal, recibo, dentre outros);
- Os pagamentos foram realizados aos fornecedores na data da compra;
- Os supridos atestaram, em cada despesa realizada, a prestação dos serviços e o recebimento do material;
- Os saques realizados foram justificados pelos supridos nas prestações de contas, com exceção de um caso identificado em um processo (23122.0156622/2018-99);
- Houve devolução dos saldos não aplicados por meio de Guia de Recolhimento da União;
- Não houve aquisição de material permanente;
- A natureza da despesa do ato de concessão coincidiu com o objeto do gasto, sendo realizados gastos com material de consumo e com prestação de serviços, de acordo com os processos formalizados;
- Os processos encontram-se devidamente numerados e rubricados e foram formalizados com Proposta de Concessão de Suprimento de Fundos, cópia da Nota de Empenho e da Ordem Bancária, Relatório de Prestação de Contas, Documentos Comprobatórios (Nota Fiscal, fatura e recibo);
- As Propostas de Concessão de Suprimento de Fundos estão sendo preenchidas, considerando o período de 90 dias corridos para aplicação dos recursos, de acordo com a legislação e em atendimento de recomendação da AUDIT contida no Relatório nº 7/2016;
- Os supridos anexaram cópias dos comprovantes de cor amarela, conforme recomendação dos órgãos de controle, a fim de garantir a integridade física dos referidos documentos com o passar do tempo;

- As Prestações de Contas apresentadas pelos supridos respeitaram o prazo estabelecido de até 30(trinta) dias, após o término do período de aplicação dos recursos. Além disso, os referidos agentes registraram as informações necessárias para a conferência dos gastos e as justificativas para as despesas efetivadas ou para algumas ocorrências durante o ato de concessão dos suprimentos de fundos.

- Os agentes supridos passaram a anexar declaração, atestando que todos os Materiais/Serviços adquiridos/contratados através do CPGF sob sua responsabilidade, discriminados nas Notas Fiscais anexadas na Prestação de Contas, não se encontram no momento da aquisição/contratação disponíveis em estoque no almoxarifado da UFSJ, bem como não há fornecedor registrado/contratado com ata vigente na data da compra, segundo consulta realizada no setor competente. Cabe ressaltar que tal medida foi implementada pela PROAD em atenção às recomendações da AUDIT no relatório de 2016, fins de resguardar a Instituição contra situações que poderiam ser caracterizadas como falta de planejamento e conseqüentemente fuga do procedimento licitatório.

A AUDIT observou as seguintes rotinas realizadas pelo Setor de Tesouraria da Divisão de Contabilidade e Finanças (SETES/DIFIN) nos processos de suprimento de fundos:

- conferência das faturas do CPGF, emitidas pelo Banco do Brasil, providenciando o pagamento das mesmas;

- conferência dos gastos realizados, solicitando ao Setor de Contabilidade (SECON) a anulação do saldo não utilizado, através de Nota de Empenho de Anulação;

- classificação das despesas por subitens, de acordo com as descrições dos materiais/serviços apresentados nas Notas Fiscais e informações das Prestações de Contas, providenciando a contabilização das mesmas no sistema SIAFI.

- encaminhamento de planilha aos agentes supridos, contendo o saldo acumulado dos valores gastos com Material de Consumo e de Prestação de Serviços, após a classificação por subitens de despesas, para realização de controle quanto ao não fracionamento das despesas pelos supridos, em atendimento à recomendação expedida pela AUDIT, por ocasião do Relatório nº 07/2016;

- emissão de Parecer Técnico do sistema SIPAC, devidamente assinado pelo analista financeiro e pelo gestor financeiro, atestando que as Requisições de Suprimento de Fundos relativa a cada ato foram conferidas e que os comprovantes apresentados pelos agentes supridos encontram-se em devida ordem, autenticados, somados e dentro dos prazos de aplicação, podendo ser aprovadas pelo ordenador de despesas. Cabendo mencionar que essa rotina também foi objeto de recomendação contida no Relatório de Auditoria nº 07/2016 uma vez que o referido documento fazia parte dos processos, contudo, não havia designação de servidores responsáveis pela expedição e assinatura do parecer técnico, fins de subsidiar a tomada de decisão do ordenador de despesa na aprovação da prestação de contas. Sendo assim, comprovou-se que a recomendação foi implementada pela Pró-Reitoria de Administração.

Face o exposto nesse relatório, e, após as análises realizadas nos processos físicos, a AUDIT apresenta as seguintes informações e constatações, com o intuito de aprimorar as rotinas atinentes a concessão de suprimento de fundos:

Item 1: VERIFICAÇÃO DE DESPESAS PASSÍVEIS DE PLANEJAMENTO NOS PROCESSOS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

1.1 Constatação:

A Unidade de Auditoria Interna observou que passou a constar dos processos de Suprimento de Fundos relativos ao exercício de 2018, uma declaração emitida pelos agentes supridos, atestando que todos os Materiais/Serviços adquiridos/contratados através do CPGF sob sua responsabilidade, discriminados nas Notas Fiscais anexadas na Prestação de Contas, não se encontravam no momento da aquisição/contratação disponíveis em estoque no almoxarifado da UFSJ, bem como não havia fornecedor registrado/contratado com ata vigente na data da compra, segundo consulta realizada no setor competente. Cabendo ressaltar que tal medida foi implementada pela PROAD em atenção às recomendações da AUDIT constantes do relatório de 2016, fins de resguardar a Instituição contra situações que poderiam ser caracterizadas como falta de planejamento e conseqüentemente fuga do procedimento licitatório.

Contudo, após análise das Notas Fiscais relativas à aquisição de Material de Consumo, observou-se que algumas despesas utilizadas, na modalidade de Suprimento de Fundos, declaradas as respectivas inexistências de estoque, poderiam ser atendidas, futuramente, por meio de Atas de Registros de Preços ou Pregão Eletrônico. Citamos como exemplo, os gastos de: Material de Limpeza e Higienização (22), no valor total de R\$ 3.499,20; Manutenção de Bens Móveis (25), no total de R\$ 4.511,99; Material Elétrico e Eletrônico (26), no valor total de R\$ 3.339,85; Material para Segurança (26), com saldo de R\$ 3.117,00; e Material para Manutenção de Bens Imóveis (24), no valor total de R\$ 8.974,49.

Deve-se lembrar que a modalidade de Suprimento de Fundos (Cartão do Governo Federal) deve ser utilizada para os casos de comprovada excepcionalidade e eventualidade no atendimento das finalidades do órgão.

Assim, cabe ressalvar que a Pró-Reitoria de Administração (PROAD), órgão executor da UFSJ, responsável pelo gerenciamento de bens e serviços, deve estar atenta para o atendimento das necessidades das unidades gestoras detentoras do Cartão do Governo Federal, providenciando sempre que possível a realização de novas Atas de Registros de Preços ou Pregões Eletrônicos, realizando o gerenciamento dos estoques de bens, de forma a atender, tempestivamente, essas unidades no cumprimento das finalidades institucionais.

1.1 Recomendação:

1.1 Recomenda-se que a Pró-Reitoria de Administração (PROAD), no atendimento das necessidades das unidades detentoras do Cartão do Governo Federal, providencie sempre que possível a realização de novas Atas de Registro de Preços ou Pregões Eletrônicos, realizando o gerenciamento dos estoques de bens, de forma a atender, tempestivamente, a execução das atividades por essas unidades gestoras, garantindo o caráter de eventualidade e excepcionalidade para a utilização dos recursos na modalidade de Suprimento de Fundos.

Item 2: CONTROLE UTILIZADO PARA EVITAR O FRACIONAMENTO DE DESPESAS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS

2.1 Informação:

De acordo com a orientação do Manual de Suprimento de Fundos da CGU, pergunta 29, letra g), os supridos não devem realizar gastos em um único exercício para idêntico subelemento de despesa, cujo valor total ultrapasse os limites dos incisos I ou II do art.24 da Lei nº 8.666/93, evitando o fracionamento da despesa, sendo esse limite de R\$ 8.000,00 para compras e contratação de serviços. Já a pergunta 35, complementa que a aferição do fracionamento é realizada pelo conjunto de agentes supridos autorizados. Cabe informar que houve alteração do limite de utilização dos recursos, com a edição do Decreto nº 9.412, de 18/06/2018 (DOU de 19/06/18, Seção 1, p. 17), com vigor a partir de 19/07/2018, no qual atualizou os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei 8.666/1993. Dessa forma, o limite para a modalidade convite passou de R\$ 80.000,00 para R\$ 176.000,00, alterando o valor máximo para utilização por subelemento de despesa na modalidade de suprimento de fundos, ou seja, esse valor foi atualizado de R\$ 8.000,00 para R\$ 17.600,00.

Observou-se que o SETES/DIFIN realiza a classificação das despesas por subitens, de acordo com as descrições dos materiais/serviços apresentados nas Notas Fiscais, providenciando a contabilização das mesmas no sistema SIAFI. E em atendimento de recomendação expedida pela AUDIT, por ocasião do Relatório nº 07/2016, esse setor realizar o encaminhamento de planilha aos agentes supridos, contendo o saldo acumulado dos valores gastos com Material de Consumo e de Prestação de Serviços, após a classificação por subitens de despesas, para realização de controle quanto ao não fracionamento das despesas pelos supridos

Sendo assim, a Unidade de Auditoria Interna observou, após análise dos processos para aquisição de Material de Consumo e para a Prestação de Serviços, que os limites por subitens de despesas foram respeitados durante o exercício, não sendo registrada a ocorrência de fracionamento de despesas.

Cabe registrar que o subitem Material para Manutenção de Bens Imóveis (24) representou a maior parcela dos gastos com Material de Consumo, no valor total de R\$ 8.974,49 (oito mil, novecentos e setenta e quatro reais e quarenta e nove centavos). Enquanto que as despesas de Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos (17) totalizaram R\$ 8.683,00 (oito mil, seiscentos e oitenta e três reais), representando a maior parcela de gastos de Prestação de Serviços.

Por fim, cabe ressaltar que o SETES/DIFIN deve manter a rotina acima citada, durante os próximos exercícios, com o encaminhamento das planilhas atualizadas aos supridos, após as prestações de contas, contendo os saldos dos subitens de despesa, evitando-se possíveis casos de fracionamento de despesas.

Item 3 : FALTA DE JUSTIFICATIVA PARA REALIZAÇÃO DE SAQUE

3.1 Constatação:

A Unidade de Auditoria Interna identificou um caso em que o saque para realização de despesas, via Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), não foi justificado pelo agente suprido, em sua Prestação de Contas. Sendo assim, verificou-se que não consta do processo 23122.015622/2018-99 justificativas para a realização de saque no valor de R\$130,00 para cobrir as despesas referente a taxas do Conselho de Arquitetura e Urbanismo e de pedágios.

De acordo com §2º do art. 4º da Portaria nº 41/2005, do Ministério do Planejamento, havendo saque este deve ser justificado pelo suprido, com a indicação dos motivos da não utilização da rede afiliada do CPGF.

3.1 Recomendações:

3.1. Recomenda-se que o SETES/DIFIN realize solicitação junto ao agente suprido de forma que sejam anexadas as devidas justificativas para a realização de saque no valor de R\$ 130,00, constante do processo 23122.15622/2018-99, em observância ao art. §2º do art. 4º da Portaria nº 41/2005 do Ministério do Planejamento.

3.2. Recomenda-se que o SETES/DIFIN, em procedimentos futuros, ao promover a análise das Prestações de Contas, apresentadas pelos agentes supridos, atente-se para os casos de não apresentação de justificativa para realização de saque, solicitando a complementação das informações pelos supridos, antes do encaminhamento do processo para aprovação do ordenador de despesas.

Conclusão:

Por fim, em face dos fatos relatados acima, somos da opinião que a gestão da UFSJ deve adotar as medidas corretivas recomendadas por essa Unidade Auditoria Interna no sentido de corrigir as fragilidades apontadas.

Conclui-se, após a avaliação dos controles internos relativos à concessão de Suprimento de Fundos por meio do Cartão de Pagamentos do Governo Federal (CPGF), que os procedimentos adotados nos processos de Suprimento de Fundos foram aprimorados em atendimento das recomendações da AUDIT, por ocasião do Relatório nº 07/2016. Haja vista a implementação de planilha de controle encaminhada pelo SETES/DIFIN aos agentes supridos, para fins de se evitar fracionamento de despesas; a observância do correto preenchimento do período de aplicação dos recursos nas Propostas de Concessão pela secretaria da PROAD; a designação de servidores responsáveis pela emissão do Parecer Técnico do SIPAC, de modo a subsidiar a aprovação da prestação de contas pelo ordenador de despesas.

Entretanto, apesar da apresentação de declaração pelo agente suprido, informando sobre a inexistência de itens no estoque ou registrados em atas de registro de preços, entende-se que a Pró-Reitoria de Administração (PROAD), órgão executor da UFSJ, responsável pelo gerenciamento de bens e serviços, deve estar atenta para o atendimento das necessidades das unidades detentoras do Cartão do Governo Federal, providenciando sempre que possível a realização de novas Atas de

Registros de Preços ou Pregões Eletrônicos, realizando o gerenciamento dos estoques de bens, de forma a atender, tempestivamente, essas unidades no cumprimento das finalidades institucionais.

Ressaltamos, contudo, que é de responsabilidade do Ordenador de Despesas o controle e acompanhamento da aplicação do Suprimento de Fundos pelos agentes supridos, conforme as orientações contidas no Manual de Suprimento de Fundos e Cartão de Pagamento da Controladoria-Geral da União

São João del-Rei, 20 de dezembro de 2018.

Simone Rocha Gonçalves
Assistente em Administração

De acordo:

Paulo Fernando Cabral de Ávila
Chefe da Auditoria Interna